

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº. 8

Aos vinte e três dias do mês de Abril, do ano de mil novecientos e oitenta e seis, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro em primeira reunião da sessão ordinária do mês de Abril, sob a presidência do Presidente Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelo Vogal Joaquim Mendes Gomes no impedimento do Primeiro Secretário eleito, António Santos Costa, e com a presença dos Vogais José Luis Rebocho de Albuquerque Cristo, José Carlos da Silva Neves, Jorge Manuel do Nascimento, Isidro Ferreira de Oliveira Fernandes, Joaquim Luis Monteiro Mendes Gomes, Alberto Augusto Faria dos Santos, Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça, José Fernando da Silva Caldeira Betencourt, Fernando dos Santos Manata, Maria Antónia Corga Vasconcelos Dias Pinho e Melo, Carlos Alberto da Silva Jerónimo, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Armando Manuel Dinis Viêira, Manuel Branco Pontes, Amândio Ferreira Canha Júnior, Artur José Lopes Lobo.

Pelas 21.00 horas o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais Rogério da Silva Leitão, Carlos Vicente Ferreira, António José Valente, Manuel Simões Madail, Manuel Gaspar Fernandes, Manuel Arede de Jesus, Libério da Silva Santos.

Seguidamente, o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de falta apresentados pelos Vogais Maria Antónia Pinho e Melo, Joaquim Mendes Gomes, Rogério Leitão, Faria dos Santos, António Santos Costa, Libério dos Santos, António Norberto Correia, Maria Josefa Cipriano, António Rocha Andrade e Manuel Tavares Duarte, que foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Deu, ainda, nota de que o Vogal Carlos Candal retomará hoje o exercício do seu mandato de membro desta Assembleia Municipal, após expirado o período de suspensão do mesmo.

Faria

Muis
M

Ainda no uso da palavra, deu nota da carta do Vogal José Fernando Betencourt, na qual é solicitada a dispensa das funções que vem desempenhando (segundo Secretário eleito da Mesa), para retomar o seu lugar na bancada do seu partido, cujo conteúdo a seguir de transcreve: " Depois de analisar cuidadosamente os resultados da votação do artigo 23º. do regimento desta Assembleia, verifiquei ter de reconsiderar a aceitação da votação que me elegeu para 2º. Secretário da Mesa. Assim, peço a V. Exã. me dispense das funções que venho desempenhando para retomar o lugar na bancada do meu partido a partir da próxima reunião. Quero aproveitar esta oportunidade para apresentar a V. Exã. os protestos da minha mais elevada consideração pela maneira como tem sabido dirigir as sessões. Informo ainda que farei todos os esforços para estar presente no início na próxima sessão mas, porque tenho no Porto uma reunião ao fim da tarde, provavelmente só poderei chegar mais tarde ".

Relativamente ao teor da carta, o Vogal Faria dos Santos informou que, mesmo que venha a ser eleito para Secretário da Mesa qualquer outro membro da bancada do PSD, não aceitará a eleição.

O Vogal José Fernando Betencourt tomou de seguida a palavra para dar nota dos motivos que originaram a sua tomada de posição salientando, portanto, que o próprio Regimento desta Assembleia já não permite a eleição nas condições em que ocorreu a sua, ou seja sem que haja uma prévia audição. Mais salientou, dada a forma como foi votado o Artigo 23º. do Regimento, segundo o qual só haverá período de antes da ordem do dia quando a maioria assim o determinar, ser esta a forma que encontrou para lavrar o seu protesto, porque tal imposição se afasta do seu conceito de democracia.

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Gilberto Madail.

O Vogal José Muis Cristo tomou a palavra para perguntar se, aquando da eleição, o Regimento da Assembleia exigia a aceitação prévia, bem como perguntou se estão previstas na Lei as consequências quando alguém eleito renuncia ao exercício dos cargos para que foi eleito.

Tecendo, de seguida, algumas considerações quanto à posição assumida, manifestou a sua discordância quanto àquela forma a actuação, dizendo que o seu conceito de democracia não só não é igual ao que foi manifestado como ainda deverá estar mais próximo do que seja a verdadeira democracia. Mais referiu que, situações como a foi apontada existem noutros Órgãos Autárquicos do País, e, que, infelizmente, o Partido do Centro Democrático Social é muito maltratado pelos outros Partidos que imaginam ter o monopólio.

Relativamente às questões colocadas, o Presidente esclai-

F. L. 3 .
M.

receu que, aquando da votação para a eleição da Mesa da Assembleia, o Regimento pelo qual esta Assembleia se regeia não contemplava a situação da aceitação prévia, situação agora contemplada no novo Regimento.

Mais salientou que, face ao legítimo direito que lhe assiste, o Vogal José Fernando Betencourt pediu a renúncia do cargo para que havia sido eleito pelo que se torna imperiosa nova eleição para a sua substituição.

Entretanto deram entrada na sala os Vogais António Norberto Correia e Manuel Tavares Duarte.

No seguimento das considerações tecidas pelo Vogal José Luis Cristo o Vogal José Fernando Betencourt salientou que não poderá responder pelo comportamento dos grupos partidários de outros Órgãos relativamente ao CDS porque é membro deste, bem como reforçou o seu conceito de democracia dizendo que se se quer subordinar a democracia à eficácia não há nunca período de antes da ordem do dia e se não se quer terá que haver quando houver razões para tal.

Considerou, ainda, não estar a incorrer em qualquer espécie de sanção porquanto o seu pedido se resume à dispensa das funções que vinha exercendo e para as quais fora eleito sem audição prévia, metodologia que o Regimento em vigor impõe, donde se poderá concluir que tal eleição deixa de ter validade.

De imediato, tomou a palavra o Vogal Gilberto Madail para saudar a atitude daquele Vogal considerando que não poderia ser tomada qualquer outra relativamente à votação infeliz feita pela bancada do CDS quanto ao Artigo 23º do Regimento, salientando, assim, o facto de ser a cidade de Aveiro terra de democracia, liberdade e responsabilidade, factores que poderiam significar algo mais. No que respeita à responsabilidade, salientou que, quer a bancada do Partido Socialista quer do Partido Social Democrata deram provas ao propporem que o tempo previsto para o período de antes da ordem do dia fosse rigorosamente respeitado nem que para tanto fosse necessário que o Presidente da Mesa cortasse a palavra quando o mesmo estivesse a ser excedido.

Saudando de novo a atitude assumida pelo Vogal José Fernando Betencourt e declarando também que manteria a sua posição de abandonar a reunião sempre que a bancada do CDS requeira a existência de um período de antes da ordem do dia, concluiu que, em seu nome pessoal, também não aceitaria fazer parte da Mesa se eventualmente viesse a ser convidado.

Também no uso da palavra, o Vogal Jorge Nascimento começou por manifestar o seu respeito pela opinião alheia e designadamente pela opinião do Vogal José Fernando Betencourt. Porém, entende que é seu dever salientar que o Regimento desta Assembleia não impede nunca que haja período de antes da

Felicity *António* .4.

ordem do dia nas sessões ordinárias, apenas regulamenta a sua existência nas reuniões intermediárias de cada sessão.

Assim, dados os deveres dos Vogais desta Assembleia expressos no Regimento, considera que, sem uma justificação mais válida do que a apresentada, não é lícito a qualquer Vogal renunciar ao desempenho das funções para que foi eleito, apenas lhe é lícito, nos termos do Regimento, renunciar ao mandato.

Entretanto, deram entrada na sala os Vogais António Rocha Dias de Andrade e Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal Carlos Jerónimo para declarar que a carta apresentada pelo Vogal José Betencourt o inibiu, de algum modo, de fazer um protesto, no início dos trabalhos, para manifestar o seu desagrado pela forma como esta Assembleia tem, sistematicamente, vindo a reunir com atrasos de cerca de trinta minutos em relação à hora para que é convocada, pelo que perguntou se é legítimo que se tenham invocado argumentos para a não existência de um período de antes da ordem do dia nas reuniões subsequentes à primeira de cada sessão porque provocaria atraso nos trabalhos desta Assembleia.

Concluindo a sua intervenção, salientou que não foram as bancadas da minoria derrotadas pela votação efectuada mas, em sua opinião, considera que foi a democracia que sofreu uma derrota, situação que se poderia ter evitado se a bancada do CDS, como maioritária que é nesta Assembleia, tivesse dado uma prova de democracia, de compreensão e colaboração nos interesses de Aveiro admitindo, portanto, a existência do referido período, metodologia não perfilhada apesar dos vários apelos que as restantes bancadas fizeram.

Entretanto, deu entrada na sala o Vogal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.

O Presidente da Mesa, corroborando as considerações tecidas pelo Vogal Carlos Jerónimo no que respeita à não observância dos horários, apelou para que, de futuro, houvesse um maior empenho de todos no sentido de que possam ser cumpridas as instruções regimentais.

Também no uso da palavra, a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo começou por salientar que a sua experiência de longos anos nesta Assembleia lhe permite esclarecer que, não haver estipulado no Regimento um período de antes da ordem do dia, a exemplo de Regimentos anteriores, vai impedir que representantes desta Assembleia, eleitos pelos Municípios do Concelho de Aveiro, possam apresentar assuntos que não estejam inseridos na Ordem dos Trabalhos, considerando que tal atitude não foi assumida por uma questão de eficácia dos trabalhos mas sim

Fleury ~~_____~~ . 6 .

possível, veicular os sentimentos populares e dar-lhes expressão; Considerando ainda que o significado desta data não pode passar despercebido a esta Assembleia, e por outro lado; Considerando que, tanto quanto é do conhecimento público, o Município Aveirense não tem programado qualquer acto comemorativo do 25 de Abril, propõe-se; 1. Que esta Assembleia Municipal realize, na data de 25 de Abril, uma sessão solene comemorativa; 2. Que nessa sessão use da palavra um representante de cada partido ou coligação com membros eleitos na Assembleia, bem como o seu Presidente ".

Submetida à discussão, tomou a palavra o Vogal Faria dos Santos para declarar todo o interesse que o seu Partido e a sua bancada teriam em ver festejada uma data que significa para todos o retorno da liberdade ao país. Porém e dado que o tempo de que se dispõe para se concretizar o proposto é extremamente curto facto que, por si só, não permitirá a muitos dos Vogais fazer alterações à programação da sua vida particular.

Assim, solicitou que ficasse, nesta reunião expressa a adesão e o regozijo desta pelo festejo e pela passagem de mais um aniversário da revolução de Abril, dado que não poderão, de modo algum, aceitar a marcação de uma reunião desta Assembleia com tão pouca antecedência, tendo o Vogal Carlos Jerónimo alertado para o facto do Regimento prever a faculdade de se convocar uma sessão extraordinária, verbalmente no final da reunião antecedente.

Também no uso da palavra, o Vogal Jorge Nascimento, em seu nome pessoal e interpretando os sentimentos da bancada do CDS, manifestou o regozijo pela apresentação daquela proposta, dado que o "25 de Abril" representa para todos um ressurgir da possibilidade do exercício da liberdade. Contudo, dada a proximidade da data em questão, salientou a impossibilidade dos membros desta Assembleia em participar activamente, pelo que surgeriu que para o próximo ano fosse feita recomendação à Câmara Municipal para que diligenciasse no sentido de dar uma expressão concertânea com a dignidade do acto que é o recordar do acontecimento.

Assim, entende que a proposta não deverá ser votada favoravelmente.

Após breve troca de impressões acerca da interpretação do texto Regimental na parte correspondente à forma das convocatórias, foi aquela proposta submetida à votação tendo sido rejeitada por sete votos contra, dezanove abstenções e um a favor.

Embora tenha sido aquela proposta rejeitada e dada a impossibilidade de se realizar uma sessão solene comemorativa do " 25 de Abril ",

Ferreira *Santos*

para evitar intervenções desagradáveis para o grupo do CDS. Mais esclareceu que tal atitude vai limitar os Vogais a fazerem intervenções sobre assuntos não agendados apenas cinco vezes por ano, ou seja nas cinco reuniões ordinárias anuais, pelo que considera tal atitude anti-democrática.

O Vogal Faria dos Santos, no seguimento do rigorismo com que se está a interpretar o Regimento, que a sua bancada irá respeitar, perguntou se a presente reunião se vai realizar dado que a convocatória não foi enviada nos termos Regimentais no que respeita à absorvência dos prazos, tendo o Presidente da Mesa esclarecido que, desde que não haja impugnação do Plenário, a mesma realizar-se-á.

Entretanto, deu entrada na sala o Vogal José Arménio Sequeira Pereira.

Seguidamente, e após uma suspensão dos trabalhos por um período de cinco minutos, procedeu-se à eleição do Segundo Secretário da Mesa da Assembleia, tendo sido designados escrutinadores os Vogais Maria Josefa Cipriano e Carlos Jerónimo.

Efectuado o escrutínio secreto, obtiveram-se os seguintes resultados:

Votos entrados - 27

Votos brancos - 6

Joaquim Luis Monteiro Mendes Gomes - 14 votos

Jorge Manuel do Nascimento - 6 votos

José Fernando da Silva Caldeira Betencourt - 1 voto

Face aos resultados obtidos, foi eleito Segundo Secretário o Vogal Joaquim Luis Monteiro Mendes Gomes, com prévia aceitação.

Assim, e na presente reunião, a mesa ficou constituída da seguinte maneira: Presidente - Francisco Fernando da Encarnação Dias; Primeiro - Secretário - José Carlos da Silva Neves no impedimento do titular, António dos Santos Costa; Segundo - Secretário - Joaquim Luis Monteiro Mendes Gomes.

O Presidente deu nota de que, no seguimento da moção aprovada na última reunião sobre o problema das expropriações de terrenos em Santiago, contactou o Senhor Governador Civil no sentido de ser marcada uma audiência com o Senhor Ministro da Educação.

Seguidamente, foi presente à Mesa uma proposta apresentada pelo Vogal Carlos Jerónimo, que se transcreve: " Considerando que a data do 25 de Abril continua a representar para o povo português um referencial de esperança e de liberdade; Considerando que os órgãos autárquicos devem, tanto quanto

Flávia *Carvalho* . 7 .

foi expresso o sentimento unânime de que esta Assembleia se associa inteiramente à homenagem do acontecimento.

O Vogal Carlos Jerônimo fez a seguinte declaração de voto: " A minha declaração de voto é para significar que não compreendo muito bem a indisponibilidade que a Assembleia revela para uma sessão comemorativa, embora marcada com uma antecedência muito curta cuja responsabilidade obviamente não me cabe, e para deixar a dúvida se, no caso de haver um problema importante que fosse necessário resolver com o parecer da Assembleia Municipal, esta Assembleia não estará disponível para o fazer com uma antecedência tão diminuta como a referida ".

Também no uso da palavra o Vogal Carlos Candal fez a seguinte declaração de voto: " É evidente que é pena que a Assembleia não reúna em sessão com alguma solenidade que a data justificava. Porém, a verdade é que quando o Regimento fala em casos de justificada urgência, pressupõe situações que não puderam ser suscitadas antes, porque a urgência não se reporta à convocatória mas sim à situação que leva à convocação, facto que não foi suscitado atempadamente. De qualquer maneira e se fosse de todo necessário, poder-se-ia comemorar o acontecimento em data posterior. Apesar de não ser esta a primeira vez em que a Assembleia não comemora o "25 de Abril", a data fica hoje assinalada não com grande ostenção mas pelo menos com um mínimo de solenidade pelos trabalhos já desenvolvidos. De todo o modo o mais importante do "25 de Abril" não é o ritual da sua celebração formal mas é sobretudo a assimilação do sentido do acontecimento e a preocupação de, na medida do possível e progressivamente, se pôr em prática as grandes ideias essenciais do "25 de Abril", na medida em que o "25 de Abril" foi uma festa para todo o povo mas foi simultaneamente um largo equívoco, porque o acontecimento realmente não era destinado ao entendimento de todo o país mas sim ao uso-fruto de toda a comunidade. Como prova disso é que pouco tempo depois do "25 de Abril", houve logo quem o renegasse como também houve quem o procurasse empalmar. Tempos passados, com todas as vicissitudes, o que nos resta do "25 de Abril", apesar de tudo ainda é muito, e a data não sendo histórica, o "25 de Abril" continua e deve continuar a ser afinal um programa de acção colectivo, não unânime mas maioritário e é fora de dúvida que a maioria do País ainda mantém da revolução "25 de Abril" uma opinião favorável e exultante, e a maioria do País ainda quer levar à prática os grandes projectos do "25 de Abril". É evidente que muitos equívocos houve, já o disse, por exemplo, ainda hoje está por explicar o que é que o CDS pretendia quando no projecto de constituição que apresentou à Assembleia Constituinte, no seu artigo 19., dizia que era preciso construir o socialismo português. Talvez o Dr. José Luis Cristo agora possa explicar, não o sentido literal

Theo *Carlos* . 8 .
M

da palavra que todos entendem. O Socialismo Português era um Socialismo à Portuguesa, não internacionalista, a construção de uma sociedade socializante de cariz e de cunho português, com camisa às riscas à pescador da Nazaré e barrete alentejano e não com aqueles capacetes de pelo da União Soviética nem, porventura, com as reformas sociais dos países nórdicos. Mas não é a explicação literal do termo nem o programa mediato, nomeadamente da invocação do socialismo que todos diziam defender. O que está por entender para muita gente é se há ou não e, não havendo, porquê, coerência de intervenção e de programa de muitos que defendem a data do "25 de Abril" mas que aparentemente querem fazer da data uma comemoração festiva e se esquecem, porventura, do conteúdo programático do "25 de Abril". Com esta declaração de voto, fica simultaneamente feita uma ligeira intervenção que sublinhe, como foi proposto, a solenidade da data que não se comemora hoje mas que não há mal em que a celebremos antecipadamente".

Também usou da palavra o Vogal Faria dos Santos para fazer a seguinte declaração de voto: "Para o Partido Social Democrata é evidente que o "25 de Abril" estará sempre presente em todas as suas atitudes e todo o seu posicionamento político e que para nós ele significou o empenhamento de centenas de milhares de nossos simpatizantes e militantes na construção realmente de uma pátria em que nos orgulhemos de viver, e o nosso empenhamento foi tão grande que em toda essa tarefa entregamos já dois dos nossos líderes que nele consumiram as suas vidas e para ele e esta sociedade deram todo o seu querer".

Seguidamente, usou da palavra o Vogal José Luis Cristo para fazer a seguinte declaração de voto: "Para mim, o "25 de Abril" sempre, não tenho dúvidas nenhuma, e aborreço-me que haja pessoas que imaginam que o "25 de Abril" é só para eles ou que só eles, é que são os verdadeiros interpretes do "25 de Abril", o Dr. Candal veio com a brincadeira de não compreender porque é que o CDS, no seu projecto, propôs ou aprovou o Socialismo à Portuguesa e eu posso-lhe dizer, porque durante a constituinte não se vivia em democracia em Portugal apesar da maioria pertencer àqueles que hoje são os monopolistas da democracia".

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Tomando a palavra, o Vogal Carlos Jerónimo começou por perguntar à Mesa quais os motivos que justificaram a não inclusão do ponto nº. 13 - Deliberar quanto à alteração das tarifas de água da agenda da sessão ordinária de Fevereiro na agenda da sessão ordinária de Abril, dado que, por se ter esgotado o número possível de reuniões daquela sessão, não pode ser analisado.

Solicitou, ainda, esclarecimentos relativamente ao ponto da situação do processo de Constituição do Conselho Municipal, pois entende que

Thalita *Silva* . 9 .
[Signature]

seria de todo o interesse desta Assembleia que os assuntos do ponto nº da presente convocatória viessem já acompanhados do parecer daquele Órgão.

Ainda no uso da palavra e reportando-se ao assunto de verbas para as Autarquias consignado no Orçamento do Estado, perguntou quais os valores que foram atribuídos ao Município de Aveiro e que reflexos poderá vir a ter nas dificuldades financeiras que o Município atravessava e registadas aquando da apreciação do Plano de Actividades e Orçamento. Mais perguntou se na nova consignação de verbas dos fundos FEDER ultimamente atribuídas praticamente a projectos de autarquias, para problemas de água e saneamento básico, foram alguns dos projectos apresentados pelo Município de Aveiro contemplados, tanto mais que os projectos deste Município assentavam essencialmente em problemas de abastecimento de água e saneamento básico.

Reportando-se à problemática das eclusas e às preocupações que têm causado na população aveirense aquele Vogal deu nota de que se não vislumbram quaisquer soluções para os problemas que subsistem provocando enorme celeuma que o Presidente da Câmara através de um comunicado pretendia dissipar. Dado que ainda nada foi publicado, solicitou esclarecimentos acerca do ponto da situação daquela questão.

Relativamente às piscinas do Beira-Mar e do Sporting, inseridas no Plano para o ano em curso, perguntou quais as possibilidades de qualquer daqueles empreendimentos terem o seu início e se as piscinas do Beira-Mar têm alguma possibilidade de prosseguir dado que se vão inserir em terrenos do Fundo Fomento Habitação, cuja transferência para a Câmara ainda não foi efectuada, facto que provocará enormes aumentos de custos para as infraestruturas programadas.

O Presidente da mesa, no seguimento da questão colocada sobre a não inclusão do aumento das tarifas de águas na ordem de trabalhos da presente reunião, esclareceu que o tema não é susceptível de deliberação por este Órgão. Contudo, aquando da elaboração da agenda da pretêrita reunião, por lapso se dizia "Deliberar..." quando se pretendia dizer "Apreciar...". Assim, face aos factos não foi tal matéria agendada mas sobre a qual será feita a devida explanação pelo Vereador Engº. Vitor Silva.

Sobre o problema da constituição do Conselho Municipal esclareceu que ainda não está a Assembleia de posse de todos os elementos necessários para se proceder à sua instalação manifestando, ainda, as suas reservas quanto à possibilidade prática de poder aquele Órgão, recentemente instituído, emitir parecer sobre os relatórios das gerências de 1982 e 83.

Seguidamente, tomou a palavra o Vogal José Luis Cristo

para dar nota da reunião realizada no Centro de Investigação Pesqueira de Aveiro e tecer algumas considerações.

Assim, começou por referir que o Concelho de Aveiro engloba uma parcela substancial da Ria de Aveiro porquanto os seus limites não se confinam com as margens de zona de terra e não têm fronteira com limites da Junta Autónoma do Porto de Aveiro, entendendo assim que existe uma zona da Ria de Aveiro que está sob administração municipal, se bem que nada inibe que sobre essa zona não haja uma administração específica da JAPA, o que pressupõe que sobre certas zonas da Ria de Aveiro existam sobreposições ou colaborações de administrações.

Mais salientou que tais considerações vêm a propósito das diversas tentativas que tem feito no sentido de convencer as diversas administrações municipais de que devem também olhar para os problemas da Ria de Aveiro e não esperar que seja apenas a JAPA a resolvê-los, tanto mais que as Câmaras Municipais tendo uma relação muito próxima com as Juntas Autónomas dos Portos devem pressionar aquela entidade para solucionar problemas para os quais não estejam muito vocacionadas.

Realçou, porém, que a Câmara Municipal de Aveiro, na sequência daquele movimento, veio já a promover a realização das primeiras Jornadas da Ria de Aveiro, bem como realçou o movimento existente no sentido da criação de uma Associação de Municípios que possa gerir certos problemas específicos da Ria de Aveiro que uma só Câmara Municipal não poderá resolver, nomeadamente no campo da poluição, acções que não produzirão quaisquer benefícios se forem desenvolvidas isoladamente.

Concluindo a sua intervenção e reportando-se especificamente à problemática da piscicultura, deu nota das acções que a Cooperativa dos Produtos de Sal tem levado a cabo junto das entidades Governamentais Centrais, Regionais e Locais no sentido de se estudarem, planearem e executarem as obras de que a Ria tanto necessita. Recordou, ainda que, imediatamente após a revolução democrática do "25 de Abril", muitos países, sabendo dos atrasos de Portugal no campo da investigação da piscicultura ofereceram especificamente os seus serviços e técnicos para junto das instituições universitárias e outras, serem desenvolvidas acções de formação naquela área, lamentando todavia que os Governantes da época tenham entendido não ser necessário, quando os Institutos Portugueses estão a partir quase do zero. Contudo, realçou que a CCR do Centro se propõe estabelecer acordos de Cooperação com regiões administrativas de outros países europeus, dentro das orgânicas da CEE, que se vierem a ser concretizados irão proporcionar a colocação de técnicos de uma empresa especializada que poderá, junto da Universi-

F. Pereira *Santos*
11.

dade de Aveiro e do Centro de Investigação das Pescas de Aveiro, vir a desenvolver projectos-piloto de aquocultura e dar ensinamentos teórico-práticos a quem pretenda investir nesta área.

Também no uso da palavra e reportando-se à problemática das expropriações dos terrenos em Santiago, a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo alertou para uma possível ilegalidade que se tenha cometido na pretérita reunião desta Assembleia aquando da discussão e votação da moção sobre aquela temática, na qual participou o Vogal desta Assembleia, António dos Santos Costa, dado que se desconhece se é ou não aquele Vogal proprietário de terrenos em Santiago.

Reportando-se também à problemática das eclusas, solicitou esclarecimentos acerca do ponto da situação da sua reconstrução, quais os custos que envolvem a sua reconstrução para que aquele empreendimento seja dado por concluído, qual o custo global para a obra após a reconstrução e, ainda, se se prevê que seja esta a última correcção ou se haverá previsões quanto a ulteriores correcções.

Ainda no uso da palavra e retomando a questão já levantada relativamente à falta de iluminação dos acessos ao CIFOP, alertou a Câmara no sentido de tomar providências no sentido de serem eliminadas tais carências pois que, sendo zona da cidade e da Universidade, não oferece condições de segurança aos seus utentes no período de aulas nocturnas.

Concluindo a sua intervenção e reportando-se à temática dos fundos FEDER, aquela Vogal destacou que Aveiro está mais uma vez, subordinada a Coimbra, dado que compete à Comissão de Coordenação da Região Centro, sediada em Coimbra, fazer a apresentação dos projectos de desenvolvimento regional para financiamento.

Face às considerações tecidas e reportando-se a anteriores informações sobre a apresentação de projectos para o distrito de Aveiro no valor de um milhão de contos, perguntou se é certo que os prazos para apresentação de tais projectos se reportam a Abril na primeira fase e a Outubro na segunda fase, bem como perguntou qual a pressão que, quer a Câmara Municipal de Aveiro quer as restantes Câmaras do Distrito, poderão fazer junto da CCR-Centro para que os seus projectos venham a ser efectivamente financiados.

O Presidente da Mesa, reportando-se à questão inerente à expropriação de terrenos em Santiago, manifestou o seu desconhecimento sobre se o Vogal António dos Santos Costa é ou não proprietário de quaisquer bens naquela zona. Mais salientou que a questão foi despoletada por força de uma exposição que lhe havia sido dirigida e da qual deu conhecimento a todos os membros desta Assem-

F. K. ...
S. ...
12

bleia.

Informou, ainda que, posteriormente, foi abordado pela Comissão, tendo tomado conhecimento de que o problema se agravou porquanto a Direcção-Geral das Construções Escolares-Centro manifestou intenções de expropriar áreas superiores às previstas. Face ao ponto da situação, a sua intervenção junto da Comissão foi no sentido de serenar os ânimos comunicando-lhes que havia já tido uma entrevista com o Governador Civil e que se aguardava uma audiência com o Senhor Ministro da Educação para expôr o assunto.

De imediato, tomou a palavra o Vogal Faria dos Santos para, em nome da sua bancada, se congratular pelo facto de, na discussão do Orçamento do Estado na Assembleia da República, se verificar que foram substancialmente aumentadas as verbas para as autarquias, o que permitirá à Câmara Municipal de Aveiro realizar mais obras a bem do Concelho.

Manifestou, ainda em nome da sua bancada, o voto de plena adesão à homenagem de que vai ser alvo o Senhor Padre Manuel António Fernandes, pároco há trinta anos da freguesia da era-Cruz e que agora festeja o seu septuagésimo quinto aniversário, expressando assim votos de parabéns pela data e pela obra que soube construir.

Reportando-se, de imediato, à problemática da aquocultura, começou por salientar que o problema é deveras grave e que, portanto, merece a atenção desta Assembleia.

Tentando dar uma imagem da gravidade do problema, aquele Vogal começou por considerar que o Concelho de Aveiro não beneficiará dos Fundos Europeus para o desenvolvimento da aquocultura porque se tem escrito demais sobre poluição sem que se salvaguardem os interesses do Concelho e do distrito de Aveiro, criando-se assim a imagem pública de um situação dramática de poluição na Ria de Aveiro que acabou por determinar que o Instituto Nacional de Investigação das Pescas considerasse, no programa que apresentou à Comunidade Económica Europeia, a Ria de Aveiro como não possuindo, neste momento, condições favoráveis para o incremento e desenvolvimento da aquocultura, o que equivale por dizer que no programa de desenvolvimento para os próximos três anos, nos quais vão ser investidos cerca de um milhão de contos, a Ria de Aveiro nada beneficiará.

Assim e reportando-se às informações de que agora se abrem perspectivas quanto à possibilidade de colaboração de organismos europeus através dos apoios do FEOGA, mesmo através da empresa referida que virá, no fundo, vender serviços e cujo currículo não poderá ser considerado excelente, perguntou se haverá mesmo possibilidades de êxito depois de apresentados os projectos.

F. Heering
13

Salientou, pois, que as dúvidas que coloca residem no facto de haver um relatório português que informa que a Ria de Aveiro não possui capacidades para o desenvolvimento da aquocultura enquanto se não fizer o combate à poluição.

Concluindo, considera que foi extremamente grave o que se escreveu sobre a Ria de Aveiro, por parte do Departamento de Química da Universidade de Aveiro, especialmente por parte do seu Director, pois que, ao dizer-se que nenhum dos canais ou zonas da Ria de Aveiro tinham condições para se fazer aquocultura, condenou, automaticamente e por três anos, o investimento na aquocultura no distrito de Aveiro, condenando simultaneamente o sonho de se verem transformadas as suas marinhas em unidades de aquocultura. Em face do que expôs, considera que deverá haver muitos cuidados nas afirmações que se fazem, fazendo um apelo à Câmara de Aveiro no sentido de agir como a da Figueira da Foz, dado que está já aquela autarquia empenhada na sedência de uma marinha para o efeito, tendo obtido o apoio do Instituto Nacional de Investigação das Pescas e da Comissão de Coordenação da Região Centro que, para tais fins, atribuiu uma verba de treze mil contos, temendo, assim que se venham a perder as oportunidades de Aveiro se transformar num centro de desenvolvimento da aquocultura. Para que tal não aconteça, entende que todos se devam unir em torno da salvaguarda dos interesses aveirenses declarando-se que nem toda a zona lagunar de Aveiro está impossibilitada para tais fins sob pena de se ver definitivamente condenada a possibilidade do desenvolvimento da aquocultura com os consequentes prejuízos para o Concelho e Distrito de Aveiro.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Presidente da Câmara para se reportar à questão levantada pelos Vogais, José Luis Cristo e Faria dos Santos, começando por lamentar que a CCR-Centro tenha usado dualidade de critérios, pois que não só a Câmara de Aveiro não foi convidada a participar nas reuniões como ainda se verificou que a Câmara da Figueira da Foz foi formalmente convidada a organizar a dita reunião. Face aos factos deu nota de que, oportunamente, lavrará junto da CCR-Centro, o seu protesto formal.

No que se reporta à problemática da cedência de marinhas para ensaiar programas de aquocultura, deu nota de que, quando se construiu em Aveiro o Centro de Investigação de Pescas, a Câmara declarou junto do Dr. Camões Sobral o desejo de adquirir duas marinhas para tais fins, tendo a proposta sido rejeitada pelo facto de ter já o INIP adquirido duas marinhas. Mais declarou que a Câmara possui uma zona de marinhas que adquiriu para a construção do acesso à E.N. 109/7 que poderá tal zona ser eventualmente utilizada para aquele tipo de actividades.

Aveiro *Santos* 14.

Informou, ainda, que a responsabilidade da electrificação dos acessos exteriores ao CIFOP é mesmo da responsabilidade da EDP, que tem já programada a realização daquela obra.

PONTO Nº. 1 - COMUNICAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL.

Tomando a palavra, o Presidente da Câmara começou por fazer uma referência à situação financeira da Câmara que, relativamente aos primeiros meses de gestão do novo Executivo, melhorou significativamente esperando-se que até final do mês de Maio a Câmara tenha a sua situação financeira toda regularizada, para o que foi imperioso imprimir uma gestão de relativa austeridade que deverá ser mantida durante a gerência do corrente ano como forma de prudência para que, a partir do equilíbrio conseguido e que deixa intacto todo o seu património avaliado em cerca de 350 mil contos, se possam então promover alguns investimentos.

Deu, ainda, nota de que a Câmara de Aveiro não está a contabilizar os fundos FEDER para restabelecer o seu equilíbrio financeiro que, embora estejam inseridos no Orçamento, não se confirmam as garantias de que virá efectivamente a receber as verbas previstas até porque há notícias de que as verbas agora recebidas serão aplicadas em zonas do norte do País e no Algarve, não tendo qualquer Câmara do Distrito de Aveiro recebido quaisquer verbas.

Relativamente ao aumento de verbas do Orçamento do Estado para a Câmara e sua influência, salientou que a Câmara beneficiará de um aumento ligeiramente superior ao do ano transacto e que se situa em cerca de 16,5 a 17%.

Reportando-se à problemática das esclusas, deu nota de que a Câmara tem mantido um silêncio muito prudente, pois que para além da sua situação financeira é aquela a sua maior preocupação, dado que a questão é demasiado técnica e os seus técnicos não estão preparados para enfrentar fenómenos de operculação e hidráulicos, se bem que tenha vindo a acompanhar a evolução da situação, cuja reposição terá que ser feita pela empresa construtora, tendo-se obtido a garantia de que a solução a adoptar será definitiva, salvo qualquer imprevisto, não cabendo à Câmara suportar quaisquer encargos provenientes da reconstrução. Salientou ainda que, oportunamente, a Câmara emitirá um comunicado técnico sobre a questão.

Relativamente à questão colocada sobre quem impende a responsabilidade da alteração do projecto informou que a Câmara não as poderá de modo algum assumir porquanto, aquando da elaboração do estudo do ante-projecto, com base em parecer do Gabinete especializado sobre a matéria que previa a necessidade de se construir uma cortina de betão injectado 1,80 m abaixo da laje de base

Thuy *15*

para impedir o já referido fenómeno de operculação, tendo-se posteriormente chegado à conclusão de que a dimensão da cortina ainda não era suficiente. Posteriormente também e já na fase de adjudicação a empresa construtora, também responsável pelo projecto conforme consta do contrato, declarou que não seria necessário executar a citada cortina, tendo a Hidurbe, a pedido da Câmara, reforçado a teoria de que era imprescindível tomarem-se providências contra os possíveis fenómenos de operculação, sendo da responsabilidade da empresa construtora o não cumprimento das suas instruções.

Concluindo, declarou que a Câmara tem armas muito fortes para garantir a sua posição, nomeadamente no aspecto económico, dado que poderá accionar as cláusulas dos prazos não cumpridos e aplicar as correspondentes multas que cobrem suficientemente todos os danos e gastos necessários à reparação da obra.

Seguiu-se breve troca de impressões acerca das consequências da entrada de água doce no canal central em grandes quantidades, tendo o Presidente da Câmara esclarecido que, depois de inúmeras reuniões, designadamente com os técnicos do ambiente da Universidade de Aveiro, nunca tal questão foi colocada, esclarecendo também o Vogal Sequeira Pereira que as renovações periódicas da água nos canais permitirão também o arrastamento dos lodos depositados nos canais.

No capítulo da Cultura, o Presidente da Câmara destacou a realização do 2º. Festival de Cinema dos Países de Expressão Portuguesa, inserido no programa das Festas da Cidade, formulando votos para que sejam conseguidos os objectivos pretendidos, pois entende que aquele Festival tem um aspecto Cultural muito importante, facto que incentivou a Câmara a apoiar significativamente a sua realização.

Realçou, também, a realização da Feira do Livro a cargo dos livreiros, se bem que com o apoio logístico e animação Cultural da Câmara Municipal, que acedeu à proposta de implantação daquele certame na Avenida Dr. Lourenço Peixinho.

No que respeita às Festas do Município, declarou a intenção de austeridade visível nos gastos orçados, metodologia que se apoia no critério adoptado quanto à redução de subsídios. Deu, ainda, nota de que se vai iniciar a recolha etnográfica no sentido de partir para o museu etnográfico, lançado o repto às Juntas de Freguesia para que promovam a localização e identificação de tudo quanto possa ser exposto no museu, para que a Câmara possa vir a adquirir o que entender ser de interesse ou que possa vir a ser fiel depositária daqueles ar-

Filipe *16*

tigos que mereçam estar expostos e cujos proprietários não pretendam vender. Reportou-se também ao início da montagem do Museu de Caça e Pesca que terá uma função muito didáctica e uma secção muito ligada à fauna da região, esperando-se que no fim do Verão esteja concluído.

Na área do desporto e reportando-se à problemática das piscinas, começou por manifestar as suas preocupações porque se prevê a extinção quer da DGERU quer da DGPU, factor que forçosamente implicará atrasos nas decisões sobre a atribuição de participações às piscinas do Sporting e do Beira-Mar, entendendo que Aveiro com a população escolar da Universidade, nomeadamente, justifica a participação de ambas as piscinas. Adiantou que entretanto e muito bem, foi criada uma Comissão Nacional para o equipamento desportivo, que terá como acção principal fazer o levantamento das zonas mais carenciadas em termos de equipamento desportivo, cujo trabalho realizado sobre Aveiro resultou na atribuição de uma boa percentagem (46%), e declarar a real prioridade na construção das piscinas, pelo que espera que venham mesmo a ser participadas. Contudo, realçou que se tal se não vier a verificar a Câmara de Aveiro deverá assumir o desafio de as construir na zona de Santiago.

Sobre a questão colocada relativamente aos atrasos que a transferência dos terrenos de Santiago para a Câmara está a afectar a construção de equipamento, declarou que não é exacto porque o F.F.H. dá autorização para a sua instalação independentemente da regularização do processo de transferência, sendo prova disso o facto do novo Quartel dos Bombeiros estar implantado em terrenos propriedade daquele Organismo, havendo ainda autorização para se poder construir as piscinas, o ISCA e o Pavilhão do Clube dos Galitos se houver efectivamente projecto e participação financeira.

Congratulou-se pelo facto de ter sido definida a construção de uma pista de atletismo em Aveiro, que para si constitui uma das grandes surpresas porque tudo indica que será efectivamente realizável a curto prazo, tanto mais que no seu estudo a já citada Comissão Nacional para o equipamento desportivo destaca a prioridade da sua construção, formulando votos para que o processo avance convictamente.

Teceu, ainda, algumas considerações acerca do equipamento Social, destacando os projectos de Requeixo, de Nossa Senhora de Fátima e Tabueira, e deu nota de que o MAI atribuiu já uma participação à Junta de Freguesia de Cacia para a construção da sua sede cujo projecto, bem como do complexo de Eixo, se encontram em execução.

No sector da habitação, salientou que existem indicadores de que poderá o Estado vir a retomar a política de promoção directa de habi-

tação, facto que permitirá à Câmara sensibilizar o Estado a afectar grande parte dos terrenos que possui em Santiago à construção de habitação Social para arrendamento. Destacou também que o contrato de desenvolvimento celebrado com a Simofer poderá vir a ter o seu arranque durante o próximo Verão, dado que estão praticamente ultrapassadas as dificuldades existentes quanto ao processo de transferência dos terrenos, bem como destacou que, finalmente, a Cooperativa Chave está em condições de abrir concurso para a construção de 168 fogos.

Na área da recuperação urbana a cargo dos recém-criados Gabinetes Técnicos Locais, deu nota de uma grande indefinição sobre o seu futuro, facto que determinou que a Aveiro decidisse promover um encontro nacional para debater a problemática da sua existência e finalidades.

No concernente ao planeamento urbanístico, deu nota da aprovação do Plano de S. Jacinto e da inclusão na agenda de trabalhos para a presente sessão dos Planos de Urbanização da Baixa de St^o. António e do Cojo.

Ainda no uso da palavra, informou que a Feira da Agrovouga será efectivamente realizada com o empenho directo da Câmara, mesmo sem a sua institucionalização que continua a defender que é forçosa. Salientou, assim, que se tentará melhorar o seu nível que tem vindo a degradar-se ano após ano pois que Aveiro merece efectivamente uma Agrovouga melhor que seja realmente representativa das potencialidades de Aveiro e sua região.

Na área do meio-ambiente deu nota das preocupações da Câmara no que se reporta a ajardinamentos e plantação de árvores pois no ano transacto plantaram-se 1700 árvores e no corrente já se plantaram cerca de mil, dando conhecimento do esforço notável que a Architecta Paisagista da Câmara está a desenvolver no sentido de se recuperarem pequenos espaços, medidas que começam a ser visíveis e sentidas na vivência da cidade, tendo o Vogal Carlos Candal manifestado a sua congratulação pelas acções referidas se bem que tenha referido que ainda é pouco.

Seguidamente e reportando-se à problemática dos acessos a Aveiro, manifestou as suas dúvidas quanto à probabilidade do início de construção para Agosto do troço entre Albergaria - Aveiro da via-rápida Aveiro - Vilar Formoso pois que, sabendo-se quão difícil será a aquisição dos terrenos necessários não foram feitas quaisquer expropriações. Manifestou também a sua preocupação quanto aos acessos ao nó sul da auto - estrada dado que a programação prevista não será executada.

Teceu, ainda, algumas considerações sobre a recuperação da Fábrica Jerônimo Pereira Campos, cujo início se prevê para Setembro e sobre o

qual não se levantam quaisquer dúvidas, o mesmo não se podendo dizer quanto ao protocolo celebrado com o Instituto de Emprego, que começa a criar preocupações. Contudo, afirmou que a Câmara tudo fará para que seja cumprida a escritura realizada com aquele Organismo, nem que para tanto seja necessário mover uma acção contra o Estado. Informou, ainda, que se encontra em demolição o edifício da Fábrica Aleluia, tendo-se garantido com bastante esforço a preservação dos painéis cerâmicos ali existentes e a recolha de algum equipamento, nomeada e particularmente de moldes, para o que foi de extrema importância a colaboração prestada pela Administração, especialmente pelo Dr. Gastão de Melo, manifestando assim o reconhecimento público pela colaboração prestada.

Concluindo a sua intervenção, prestou ainda diversificadas informações, nomeadamente sobre a inauguração das instalações da Polícia Judiciária, do Quartel dos Bombeiros Velhos, salientando e saudando o aparecimento em Aveiro da Associação Industrial que será um facto muito importante e positivo para a unidade e dinâmica do Distrito, que terá a sua sede em Aveiro e terá todo o apoio da Câmara, esperando que venha a ser aquela entidade o suporte para a concretização da primeira feira industrial do Distrito. Realçou também o facto da construção do bloco universitário para a electrónica com verba já definida bem como manifestou a sua agradável surpresa pela inclusão no Orçamento do Estado de uma verba de 500 mil contos para a construção de mais um bloco universitário para a biologia.

Relativamente ao FEDER e à questão colocada sobre se os projectos são incluídos na programação regional lamentou que em Portugal não haja programação regional e manifestou a sua surpresa pelo facto de terem sido financiadas as estações de tratamento em pequenas comunidades, caminhos municipais, e que para Aveiro não tenham sido afectadas quaisquer verbas para empreendimentos de grande porte. Salientou, porém, que Aveiro não deverá manifestar grandes protestos porquanto estão a ser financiados grandes investimentos, nomeadamente a via-rápida Aveiro - Vilar Formoso, o Porto Comercial e a auto-estrada.

Também no uso da palavra, o Vereador Celso Santos teceu algumas considerações relativamente à problemática das alterações aos limites da Região de Turismo "Rota da Luz", informando que as Câmaras que a integram manifestaram a sua contestação.

O Vogal Carlos Jerónimo tomou a palavra, para no seguimento dos esclarecimentos prestados sobre o estudo para a nova solução para a Praça Melo Freitas e toda a área circundante, perguntar se há já qualquer ante-projecto e perspectivas concretas, apresentando como sugestão que quer aquela Praça quer a 14 de Julho, voltassem à sua antiga traça para o que seria necessário cortar o tran

Thiery *[Signature]* . 19 .

sito na Rua Domingos Carrancho, no sentido de se lhes dar a dignidade que já tiveram.

Também no uso da palavra, o Vereador Eng^o. Vitor Silva começou por informar que o projecto para o arranjo da Praça Melo de Freitas está a ser elaborado mas que aponta exactamente no sentido de contemplar a sua forma primitiva prevendo-se também o corte do trânsito até ao Largo da Igreja da Vera-Cruz.

Relativamente ao tema da alteração das tarifas de água deu nota de que foi elaborado um relatório que realça o facto do actual tarifário remontar a Janeiro de 1984, o que provocou um desajustamento total da realidade, donde resultaram grandes prejuízos de exploração para os Serviços Municipalizados. Realçou, ainda, que as medidas agora tomadas têm também por objectivo sensibilizar a comunidade para a importância de que se reveste aquele bem que não abunda na zona de Aveiro e que importa preservar. Deu ainda nota de que se retomou o processo da Associação de Municípios para o projecto de abastecimento de água do Carvoeiro que será no futuro a solução para os problemas dos Concelhos da zona da ria, cujo projecto de construção está em vias de conclusão, mas cuja execução só poderá ter êxito desde que venha a ser comparticipada dados os seus elevadíssimos custos.

Mais informou que estão em fase de conclusão as obras de construção dos depósitos para o abastecimento de água à zona norte do Concelho e respectivo sistema electromecânico de elevação bem como informou que foram já tomadas providências quanto aos problemas do abastecimento de água em Azurva.

No que respeita ao Capítulo do saneamento informou que se encontra em fase de estudo a ampliação da estação de tratamento com a construção de depósitos de decantação, dado que o projecto inicial é de momento, inexecutável por ter custos muito elevados. Salientou que se pretende construir no Cojo uma estação elevatória e que se solucionaram também os problemas de saneamento existentes na urbanização de Azurva.

Relativamente ao capítulo dos transportes salientou que estão já em serviço os dois novos autocarros articulados dando nota de que se encontra em fase de estudo um programa de transportes para apoio mais directo aos alunos dos Ciclos Preparatórios.

De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara realçou a necessidade urgente de se transferirem as instalações dos Serviços Municipalizados para novas zonas por forma a libertar os terrenos onde se inserem, prevenindo-se portanto a transferência do parque-auto para a zona contígua à Central de Camionagem já em construção. Informou de seguida que tendo a Assembleia autorizado a Câmara a contrair um empréstimo de 24 mil contos para a aquisição dos dois autocarros articulados e tendo a Câmara conseguido transformar aquele empréstimo

em subsídio, lançou a sugestão de que talvez viesse a Câmara a manter a autorização no sentido de se contrair aquele empréstimo para aplicação na referida construção das instalações definitivas do parque e oficinas-auto.

Dado o adiantado da hora, o Presidente deu por encerrada a presente reunião.

Eram 0.30 horas do dia 24.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, e que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.


